

# “DEFENSOR DAS MINORIAS E CONTRA AS TIRANIAS” – O CAPITÃO GAY NO HUMOR TELEVISIVO E ENTRE TENTATIVAS DE (AUTO)CENSURA E A COBRANÇA DE ROYALTIES

## “DEFENDER OF MINORITIES AND AGAINST TYRANNIES” - CAPTAIN GAY IN TELEVISION HUMOR AND BETWEEN ATTEMPTS AT (SELF) CENSORSHIP AND THE COLLECTION OF ROYALTIES

Áureo Busetto <sup>1</sup>

Endereço Profissional: Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis  
Av. Dom Antonio, 2100 - Parque Universitário - Assis/SP - CEP 19806-900  
E-mail: [a.busetto@unesp.br](mailto:a.busetto@unesp.br)

**Resumo:** Neste artigo são analisadas as possibilidades e os limites relativos à criação e interpretação por Jô Soares do emblemático Capitão Gay. Temática analisada tanto a par da caracterização das linhagens do humorismo televisivo brasileiro e a inserção do humor de Jô Soares nelas. Ademais, são analisados os elementos e recursos televisivos investidos na produção das aventuras do super-herói gay. E, por fim, cuida-se de relações da produção de o Capitão Gay com a direção da Rede Globo de Televisão, moralismos reinantes à época, ocaso da Ditadura Militar, militância gay e universo das marcas registradas.

**Palavras-chave:** Capitão Gay, Jô Soares, humor televisivo, homossexualidade.

**Abstract:** In this article, the possibilities and limits related to the creation and interpretation by Jô Soares of the emblematic Capitão Gay are analyzed. Thematic analyzed both alongside the characterization of the lines of Brazilian television humor and the insertion of Jô Soares' humor in them. Furthermore, the elements and television resources invested in the production of the adventures of the gay superhero are analyzed. And, finally, it takes care of relations between the production of Capitão Gay with the direction of Rede Globo de Televisão, moralisms reigning at the time, the decline of the Military Dictatorship, gay militancy and the universe of trademarks.

**Key words:** Capitão Gay, Jô Soares, television humor, homosexuality.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de História (desde 1989) e do Programa de Pós-Graduação em História (desde 1999) da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Assis.

## ***O Gordo vai dar o que falar- Jô Soares e Viva o Gordo no humor televisivo***

Com uma carreira de mais de vinte anos no humorismo televisivo, grande parte dela exercida em programas da Rede Globo, reconhecido, mais de década, por público e crítica, encenando, há quase três anos, concorrido show de humor pelo Brasil afora - intitulado *Viva o Gordo, Abaixo o Regime* -, Jô Soares tinha aceito, em 1980, pela direção daquela rede de TV a sua proposta de um humorístico inteiramente composto por seus tipos. Condição até então desfrutada por Chico Anysio, outro grande do humor televisivo. Assim, em 9 de março de 1981, às 21:05 horas, era levado ao ar a primeira edição de *Viva o Gordo* (VoG). O programa seguiria veiculado por sete anos consecutivos, mormente exibido às segundas-feiras após a telenovela das 20:00 horas, com edições de 55 minutos. A carreira de Jô Soares, assim como o seu VoG, se posiciona historicamente na linhagem intermediária das três constituintes do gênero humorístico na trajetória da TV no Brasil.

A primeira linhagem, bastante cultivada nas décadas de 1950 e 1960, e ainda presente em alguns humorísticos televisivos, se caracteriza pela adaptação do modelo de humor do rádio, assim como fora com outros gêneros a comporem inicialmente a televisão no Brasil, tal qual ocorrera na Europa e nos EUA. Os programas inscritos na primeira linhagem de humor se caracterizam por esquetes ou quadros, desempenhados por elenco fixo de comediantes, a desfilarem seus tipos e bordões, ambientados num cenário único - escola, edifício, pensão, praça, vila, quartel, sítio - ou cenários variados, conforme exigidos pelos temas. Entretanto, trata-se de humor essencialmente centrado na fala, ainda que caretas e trejeitos sejam investidos na caracterização dos tipos, aliás, como possibilitado e, mesmo, exigido pela linguagem audiovisual. Exemplo lapidar desta linhagem, bem como da perseverança na TV brasileira, é o *A Praça da Alegria*. Lançado em 1957 pela TV Paulista e, depois, estendido à TV Rio, o programa fora criado e apresentado por Manoel da Nóbrega. Esse encarnando, no vídeo, senhor sentado em banco de praça a conversar com vários tipos cômicos, cada qual desfilando suas performances e seus bordões. Sempre com o mesmo formato original, o humorístico integraria à grade de outras emissoras nas décadas de 1960 e 1970, ainda que, por vezes, com nome aproximado e conduzido por outros artistas. Depois de um tempo fora do vídeo, ele retornava ao ar, em 1987, pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), rebatizado de *A Praça é Nossa*, conduzido por Carlos Alberto da Nóbrega, filho de Manoel da Nóbrega, seguindo até hoje na grade da emissora. Quando da exibição de *A Praça da Alegria* pela TV Record-SP (1963/1970), Jô Soares, já contratado da emissora e envolvido com humorístico inscrito na segunda linhagem do gênero, encarnaria o tipo Alemão, cuja

graça se devia ao fato desse não dominar a língua portuguesa. O mesmo ocorreria quando da veiculação do humorístico pela Rede Globo (1977/1978).

A segunda linhagem de programas de humor da TV era timidamente iniciada em meados dos anos de 1950, porém, intensificada a partir do final da década de 1960 e consolidada no decorrer da seguinte. Ela se desenvolveria com base em duas chaves.

A primeira chave se caracteriza pela produção de *siticons* (*situation comedies*). De início, elas eram inspiradas geralmente em comédias de costumes produzidas nos EUA, algumas delas calcadas em paródias a conteúdos do cinema e da TV naquele país. Primeiro veio *Alô Doçura* que, exibida pela Rede Tupi entre 1953 a 1964, enfocava cotidiano de casal, interpretado pelos atores Eva Wilma e John Herbert, sendo inspirada na *sitcom I Love Lucy*, produzida originariamente pela CBS e veiculada também pela Tupi com igual título. Depois, chegaria *Papai Sabe Nada* que, apresentada pela TV Record e TV Rio, de 1963 a 1964, era protagonizada por Renato Corte Real, exibindo situações divertidas de um pai de família da classe média, uma desbragada paródia à série *Father Knows Best*, produzida pela CBS, e veiculada pela Tupi sob o título *Papai Sabe Tudo*. Anos depois, chegava uma das mais populares *siticons*: *Família Trapo*; a qual, levada ao ar pela TV Record-SP, entre 1967 e 1971, era ambientada em núcleo familiar confuso e divertido – cujo nome era uma irreverência ao da Família Von Trapp, do filme *A noviça rebelde* – e girando em torno das trapalhadas de Bronco, encarnado por Ronald Golias. E a Rede Globo produziria *A Grande Família*, cuja primeira fase, iniciada em 1971, contava com textos de Max Nunes e o psicanalista Roberto Feire – e sendo inspirada em *All in the Family*, *siticom* da CBS -, porém, a partir de 1973 até o seu término em 1975, fora escrita por Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), dentre outros, tendo sido dele a adaptação da família protagonista a subúrbio metropolitano.<sup>2 3</sup>As *siticons* ambientadas em núcleos familiares seriam retomadas décadas depois, fosse pela Rede Globo, fosse pela Rede Manchete, seguindo em alta ainda hoje na TV a cabo.

Foi como criador de *Família Trapo*, conjuntamente a Carlos Alberto da Nóbrega, interpretando o mordomo Gordon e compondo a equipe de redatores do programa que Jô Soares começava a se destacar no âmbito do humor televisivo. Tal posição desfrutada pelo humorista contribuiu para que ele fosse contratado para o elenco de humor da então novata

---

<sup>2</sup> Dados dos humorísticos mencionados até este parágrafo foram consultados: diversas matérias de jornais publicados entre 1950 a 2019, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo digital de *O Globo*; páginas eletrônicas do site [memoriaglobo.com](http://memoriaglobo.com); Busetto, Áureo. Um polígrafo na telinha: o humor televisivo de Millôr Fernandes (1959-1965). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 18, n. 32, p.131-151, 2016; Cardoso, João Batista F., Santos, Roberto E. Humorísticos da TV: a trajetória do riso. *Lumina*, Juiz de Fora, v.2, n.2, p.01-15. Disponível em: <http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina>. Acesso em: 22 mai.2019.

<sup>3</sup> Dados de títulos, períodos de exibição, elencos e produção do trio de programas foram colhidos em páginas eletrônicas dedicada a cada um deles disponíveis no site [memoriaglobo.com](http://memoriaglobo.com), sendo consultadas em junho de 2019.

e crescente Rede Globo. Situação contratual que o levaria também a contribuir com o desenvolvimento da outra chave da segunda linhagem de humor.

Essa segunda chave, estabelecida no decorrer da década de 1970, apresenta como elementos, distintos aos de humorísticos da primeira linhagem, o dinamismo dos quadros e esquetes, esses com textos curtos, costurados por piadas rápidas, edição ágil e sem tipos fixos, objetivando, assim, evitar a comicidade repetitiva e previsível. Por vezes, no desenrolar de programas da segunda chave, tipos fixos eram incorporados, conforme caíssem no gosto do público, porém, sem nenhuma centralidade nas edições. Contudo, o humor exibido era ainda marcadamente falado. Mas o padrão das sátiras, piadas e chistes sobre costumes, comportamentos e modas tende a ser mais elevado do que o pautado por humorísticos da primeira linhagem de humor, além de dar destaque à sátira política, tanto da internacional quanto da nacional. Embora a intensidade da sátira da política nacional quando da vigência da Ditadura Militar dependesse dos humores do poder fardado.

O pioneiro programa a inaugurar a segunda chave de humor, aliás, servindo como modelo a congêneres posteriores, foi o *Faça Humor, Não Faça a Guerra*, cujo título trata-se de aliteração de frase da Contracultura - “Faça sexo, não faça a guerra” -, exibido pela Rede Globo de 1970 a 1972. E posteriormente, ainda pela Globo, vieram: *Satiricom* - levado ao ar de 1973 a 1975, inicialmente, com ênfase na sátira ao mundo da comunicação (o título um acrônimo formado entre as palavras sátira e comunicação); e *O Planeta dos Homens* - veiculado de 1976 a 1982, parodiando a série de filmes *O Planeta dos Macacos*, tendo como mote às suas piadas e sátiras a missão de três macacos extraterrestes (encarnados por Orival Pessini, fantasiado com máscaras de látex) vindos à Terra para descobrir as razões dos humanos não solucionarem os seus problemas, além de outros quadros e bastante esquetes.<sup>4</sup> O trio de programas contava com a participação de Jô Soares, fosse integrando o elenco, fosse à equipe de redatores. E foi em *Faça Humor...* que o humorista encarnaria o seu primeiro tipo feminino: a cantora Norminha. Essa muito bem recebida pelo público, possibilitaria a Jô Soares gravar o LP “Norminha”; integrado por canções interpretadas pelo humorista, com direção musical de Guio de Moraes, gravado pela Som Livre e lançado em 1972. A partir de então, tipos femininos criados ou encarnados por Jô Soares seria uma constante em sua carreira humorística, constituindo parte significativa da sua grande galeria de personagens. Ele e Chico Anysio - também encarnando uma plêiade de tipos femininos - foram propulsores incontestes daquele expediente no humor televisivo. E dado a

---

<sup>4</sup> Dados de títulos, períodos de exibição, elencos e produção do trio de programas foram colhidos em páginas eletrônicas dedicada a cada um deles disponíveis no site [memoriaglobo.com](http://memoriaglobo.com), sendo consultadas em junho de 2019.

importância de ambos na história do humorismo da TV, a recorrência de tal prática pode ser definida, também, como característica distintiva da segunda linhagem humor em relação à primeira.

Alguns elementos daquele trio de humorísticos da Globo foram incorporados a programas produzidos por concorrentes da emissora. A Rede Tupi levaria ao ar *Apertura*, cujo título era uma paródia ao programa de debates *Abertura*. No ar entre março a junho de 1980, o humorístico exibia tipos propícios à sátira da vida social e política, embora com deficiências técnicas na produção, devido situação pré-falimentar da emissora.<sup>5</sup> Com o fechamento dessa, a equipe de criação e o elenco do humorístico foram contratados pelo recém-inaugurado SBT, integrando o *Reapertura*, estrado em março de 1981. De início, esse mantivera a proposta de o *Apertura*, mas, no ano seguinte, retrocederia ao formato da primeira linhagem do humor. Isto ocorrera devido ao acirramento da concorrência entre SBT e a Globo. Essa contratara quase todo o elenco do humorístico da concorrente, o integrando à retomada de *Balança, Mais Não Cai* – humorístico ambientado em edifício homônimo, oriundo do rádio, depois, sucessivamente, exibido pela Globo e Tupi. Transferido. Ademais, o SBT adotara a estratégia de privilegiar em sua grade de programação os conteúdos com maior apelo ao gosto das classes populares. Diretriz reverberada pelo humorista Geraldo Alves, à época integrado aquele humorístico do SBT, ao afirmar que a equipe e o elenco desse não queriam “ser reconhecidos como fazedores de humor intelectual, pois, o povo não apreciava programas desse tipo de humor”.<sup>6</sup>

E há o caso dos humorísticos conduzidos por Chico Anysio na Rede Globo, cuja carreira e seus programas se desenrolaram entre as duas linhagens de humor. Assim, *Chico City*, exibido entre 1973 a 1980, contava com quadros encenados em cenários fixos, a reproduzir três ambientes próprios de cidade do interior nordestino, promovendo o desfile de variados tipos, interpretados com gestuais e vozes distintos entre eles, além da boa caracterização deles em termos de vestuário e maquiagem. Ainda que centrasse mais na sátira a costumes e comportamentos, o programa contava com o tipo Walfrido Canavieira – prefeito populista e corrupto da cidade título do humorístico. Depois viera *Chico Anysio Show* que, veiculado de 1981 a 1990, seguia no mesmo diapasão do programa anterior, inicialmente, com cenários fixos próprios a metrópoles, mais tarde, cenários variados conforme os temas pedissem, além de seus tipos serem figuras dos grandes centros urbanos.

---

<sup>5</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 10 fev. 1980, p.09; *Correio Braziliense*, Seção Variedades, 28 fev. 1980, p.40, 01 mar. 1980, p.36; *Correio Braziliense*, Revista, 20 abr. 1981, p.04; *O Fluminense*, Cidinha na Jogada 26 fev. 1980, p. 08; *Jornal do Commercio* (RJ), 05 fev. 1980, p.14; *Jornal do Commercio* (AM), Caderno 2, 19 mar. 1980, p.02.

<sup>6</sup> *Manchete*, 11 jun. 1981, p.121; *O Fluminense*, 17 jul. 1981, p.08; *Correio Braziliense*, TV a Toda Hora, 06 mar. 1982, p.17.

Por conta do fim do AI5, a sátira política cresceria no programa, incluindo tipos como Salomé – senhora gaúcha a telefonar para o presidente João Batista Figueiredo - e Justo Veríssimo – deputado a odiar pobre. Contudo, o maior sucesso de Chico Anysio foi o *Escolinha do Professor Raimundo*, cujo formato e ambientação em sala de aula com professor e turma de alunos divertidos tiveram início no rádio nos anos de 1930. A escolinha conduzida pelo humorista cearense estreou no rádio em 1952. Cinco anos depois, era levada à TV Rio. Bem mais tarde, era exibida pela Globo, fosse como quadro dos humorísticos de Chico, fosse como programa autônomo (1990 a 1995 e 2001). Desde 2015, segue, na Globo, conduzida por Bruno Mazzeo, filho de Chico Anysio.<sup>7</sup>

Em busca da maior audiência possível, a Rede Globo em termos de humor investia numa estratégia dupla. De um lado, oferecia humorísticos mais ao gosto dos telespectadores informados sobre as coisas e os agentes da política, da cultura e do âmbito comportamental; público de segmentos da classe média mais urbanizada e/ou escolarizada. De outro lado, investia na produção de humorísticos voltados ao gosto da maioria de telespectadores, grandemente integrada pelas classes populares e por classe média menos escolarizada.

A crítica televisiva reservava, mormente, seus elogios a humorísticos que investiam, no limite do possível, segundo a intensidade da censura durante a Ditadura Militar, em tipos, quadros e esquetes a expressarem sátiras, ironias, chistes e bordões contra ações governamentais e suas nocivas consequências à vida social e econômica (como inflação, arrocho salarial, urbanização sem planejamento, poluição etc.) ou mesmo de ordem política (casuísmos e oportunistas no processo de retomada da democracia), bem como a moralismos contrários à modernização de costumes e comportamentos. Programas pautados por tais conteúdos passavam a ser chamados “de humor inteligente” pela crítica de TV.<sup>8</sup> À luz desse esquema, ganhavam destaque os humorísticos integrados ou comandados por Jô Soares e Chico Anysio, sendo a dupla transformada em sinônimo de “humor inteligente”. Não por acaso, a Rede Globo, ao iniciar a comercialização internacional de seus conteúdos, venderia para Radiotelevisão de Portugal (RTP), em 1981, edições de *VoG* e *Chico Total*; inclusive o primeiro angariando boa audiência entre o público lusitano.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Dados dos humorísticos de Chico Anysio coletados em páginas eletrônicas dedicadas aos programas, disponíveis no site [memoriaglobo.com](http://memoriaglobo.com), consultadas em junho de 2019; CARDOSO, João Batista F., SANTOS, Roberto E. Humorísticos da TV, *Op.cit.*, p.10-12.

<sup>8</sup> Informações pesquisadas em seções e colunas dedicadas à TV de o *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense* e *O Fluminense* publicadas entre 1977 a 1983, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como as publicadas, em igual período, em *O Globo*.

<sup>9</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 21 jul. 1981, p. 03.

Para alcançar audiência massiva, a Rede Globo contava com *Os Trapalhões*. Com algumas características bem distintas às das duas linhagens de humor televisivo tratadas até aqui, o programa era integrado por quarteto de comediantes a protagonizar os tipos: Didi (migrante nordestino), interpretado por Renato Aragão; Dedé (galã malandro suburbano), Manfried Santana; Muçum (negro, sambista e morador do morro), Antônio Carlos Bernardes Gomes; e Zacharias (mineirinho, com certa inocência infantil, diferendo das maneiras másculas dos companheiros), Mário Faccio Gonçalves. Como em seus embriões exibidos anteriormente noutras emissoras, *Os Trapalhões* era formatado na adaptação de *gags* e trejeitos próprios do circo à TV. Logo, se tratava de um humor mais visual, de teor pastelão, inspirado nas chanchadas do cinema brasileiro dos anos de 1950. Fora exibido entre 1977 a 1995, sempre aos domingos, às 19:00 horas; ainda que durante o período ocorresse a separação temporária da trupe e a morte de dois de seus integrantes.<sup>10</sup> Embora contassem com a simpatia de Carlos Drummond de Andrade, Caetano Veloso e Henfil, *Os Trapalhões* tinham a seu favor pequena parte da crítica de TV, notadamente Artur da Távola, do jornal *O Globo*, porém, preponderando a tendência ao rechaço das estripulias do quarteto. Contavam para tanto, as suas edições serem tomadas como prenes de preconceitos social, racial e de gênero, cenas com apelo à violência, pronúncia errada de palavras por Didi e Muçum, além do hábito alcoolista desse último. Muitas vezes, tais detrações eram justificadas com base em preocupações sobre a influência negativa que o conteúdo do humorístico causaria à formação do público infantil; parcela considerável da audiência ao programa e aos filmes da trupe trapalhona.<sup>11</sup>

Apesar de tudo, a liderança de *Os trapalhões* junto à audiência era incontestada. Aferição de audiência elaborada pelo Ibope, entre julho de 1981, junto a telespectadores paulistanos e cariocas, exemplifica tal posição. Além de revelar que todos os vinte programas mais assistidos serem produzidos ou veiculados pela Rede Globo, a sondagem daquela audiência posiciona *Os Trapalhões* como o de maior aderência do público, seguido, sucessivamente e com grande distância, por *Balia Comigo* - telenovela das 20:00 horas, de Manoel Carlos - e pela revista eletrônica *Fantástico*. Demais humorísticos seguiam assim posicionados: o VoG - há três meses no ar - ocupava a sétima posição; *Chico Anysio Show*, a décima primeira; e *O Planeta dos Macacos*, a décima quarta.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup>D'OLIVEIRA, Gêisa, VERGUEIRO, Waldomiro. Humor na televisão brasileira: o interessante e inusitado caso do programa *Os Trapalhões*. *Revista USP*, São Paulo, n.88, dez. fev. 2010-2011, p.126-128.

<sup>11</sup> Informações pesquisadas nas colunas de crítica de TV publicadas de 1975 a 1990 em jornais, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como na coluna Arthur da Távola publicada em *O Globo*, em igual período.

<sup>12</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 13 jan. 1981, p.07.

Ao se posicionar, logo em seu início, entre os dez programas televisivos mais assistidos, o VoG comprovava a força do talento de Jô Soares. Contudo, as tentativas de inovar no gênero humor por parte de Jô Soares investidas nas iniciais edições de o VoG esbarrariam nos limites impostos pela lógica televisiva: conquista e manutenção da maior audiência. Na primeira edição, além dos novos tipos criado por ou para Jô Soares, foram exibidas as seguintes inovações: entrevista realizada com o ministro do Planejamento à época, Delfim Netto (parodiado anteriormente por Jô Soares via o seu tipo Doutor Sardinha apresentado em *O Planeta...*), versando sobre o tema “ser gordo”; quadro enfocando a importância da mulher na história, com as participações especiais dos atores Tônia Carrero e Paulo Autran; e Fado Falado, imitação de Jô Soares ao declamador português João Villaret; além de balé executado por bailarinas de tamanho grande. Ademais, exibira quadro especial encenado por Jô Soares e Chico Anysio, composto por imitação da famosa dupla O Gordo e o Magro.<sup>13</sup> A associação de tais quadros aos tipos humorísticos lançados para a edição inaugural evidencia a intenção de Jô Soares em produzir um programa calcado na interseção entre o gênero humor e o de variedades. Diretriz muito próxima a que seguiam, desde os anos de 1950, vários programas de variedades na TV nos EUA e na Grã-Bretanha, posto, também, contemplarem o humor.<sup>14</sup> Gênero televisivo que, ademais, Jô incursionara com o seu *Gente Globo*, levado ao ar apenas alguns meses de 1973;<sup>15</sup> considerado o primeiro *talk-show* na TV no Brasil.

A julgar pelas críticas de Cidinha Campos e Maria Helena Dutra, as inovações apresentadas na primeira edição de VoG não conseguiram “mostrar para que tinham vindo”. As duas críticas convergiam ao considerarem os três primeiros quadros acima relatados como destoantes do gênero humorístico; inclusive, tendo a primeira jornalista julgando-os muito pretensiosos para a média da audiência. Ambas entenderam que o sotaque lisboeta investido no Fado Falado tornara o texto incompreensível. E, por fim, concordavam que alguns tipos lançados por Jô Soares precisassem ser lapidados, salvo o quadro “do último exilado”, tido como bem elaborado. Avaliações, de certa forma, referendadas por Jô Soares em entrevista concedida à segunda crítica, salientando, ademais, ser comum, no ambiente da TV, ajustes no desenrolar das edições de programas.<sup>16</sup> De qualquer forma, os quadros inaugurais mal recebidos pelas críticas não sobreviveriam em VoG por muitas edições.

---

<sup>13</sup> *O Fluminense*, Cidinha na Jogada, 11 mar. 1981, p.10; *Jornal do Brasil*, Caderno B, 4 mar. 1981, p.06

<sup>14</sup> DANESI, Marcel. *Concise dictionary of popular culture*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017, p. 256-257; HOLMES, Su. *British TV and Filme in the 1950s: 'coming to a TV near you*. Bristol: Intellect, 2005, p.139-141.

<sup>15</sup> *Diário de Notícias*, 28 jul. 1973, p.17; *O Globo*, Coluna Arthur da Távola, 12 jun. 1973, p.12; SOARES, Jô. *O livro de Jô: uma biografia desautorizada*, vol.2. São Paulo: Cia. das Letras, 2018. Arquivo Kindle.

<sup>16</sup> *O Fluminense*, Cidinha na Jogada, 11 mar. 1981, p.10; *Jornal do Brasil*, Caderno B, 14 mar. 1981, p.06.

Na primeira edição de VoG, Jô Soares desfilara tipos centrados sobretudo na sátira política. Eram eles: Sebá - exilado nordestino na França, mesmo quase dois anos após a Lei da Anistia, tendo como chiste abraçar termos em francês e vice-versa; Reizinho - soberano anão e vaidoso, cujo reino tinha problemas semelhantes aos do Brasil, sendo aconselhado por Eminência - encarnado por Eliezer Motta (referência ao general Golbery do Couto e Silva, considerado pelos especialistas em política como “eminência parda” na presidência do general Figueiredo) e provocado pelo Bobo da Corte - interpretado por Flávio Migliaccio (representando o povo com sua incredulidade e astúcia frente a devaneios do mandante/poder); “Guarda Geleia – segurança com pânico de assaltos (no período a violência urbana era crescente em razão da forte crise econômica, e o policiamento ostensivo era operado); Seu Roseira - português a manobrar cortina de teatro, baixando-a em momentos de cenas que julgasse inconvenientes ou inapropriadas (paródia ao trabalho arbitrário e, por vezes, considerado néscio dos censores); Zé - operário a ouvir incrédulo a leitura – realizada pelo amigo Juca, encarnado por Flávio Migliaccio - de notícias sobre medidas políticas e/ou econômicas desfavoráveis ao povo brasileiro, reagindo a elas com o bordão irônico: “Ah! Eu quero aplaudir!” (naquele ano de no anterior os operários do ABC paulista se manifestavam contra políticas de arrojo salarial e melhorias nas condições de trabalho).<sup>17</sup> E tipos propícios à sátira política seriam uma tônica em todo o desenrolar de VoG.

Mas Jô Soares também encarnaria Bô Francineide - atriz de pornochanchada a procurar emprego na TV, ladeada de sua franzina “pornô-mãe” - vivida pela veterana atriz Henriqueta Brieba. Muito provavelmente o nome da personagem era uma zombaria com o nome artístico do humorista e o da atriz norte-americana Bo Derek, considerada, naquele momento, a mulher dotada da mais perfeita beleza.<sup>18</sup> Aliás, belas mulheres é o que não faltou à primeira edição de VoG; assim como em todas as demais, reiterando recurso há muito investido em humorísticos da Globo. Expediente explicitado já na abertura do programa de 1981, com a exposição de imagens de jovens e belas mulheres em poses sensuais. Depois, expresso na letra da canção da abertura de VoG em 1982 que, composta pelo diretor musical Eduardo Souto Neto, recorria a termo mais elegante para anunciar aquele recurso: “Chegou a hora/ Da alegria/ Nosso programa/ Tem o que você queria/ Bom humor/ Fantasia/ Pra

---

<sup>17</sup>Dados dos tipos humorísticos coletados na página eletrônica de VoG - Galeria de Personagens. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/viva-o-gordo/galeria-de-personagens>. Acesso em: 27/08/2019. Os comentários entre parênteses foram elaborados pelo autor do artigo, baseados em fatos e acontecimentos relativos à conjuntura política e social do Brasil do período.

<sup>18</sup> A relação entre o nome da personagem de Jô Soares e o de Bô Derek foi formulada pelo autor do artigo baseada em material jornalístico que enfoca a carreira da atriz estadunidense entre 1979 a 1981, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

“você se esquecer do dia-a-dia/ O VoG é demais/ Traz muita graça/ E garotas sensacionais/ Preste atenção/ Na televisão/ Nosso show vai começar/ Salve a piada/ A boa risada/ O Gordo vai dar o que falar”.<sup>19</sup> Mais tarde, o considerado gosto do público masculino por “garotas sensacionais” na telinha da TV fora satirizado por Jô Soares ao encarnar o tipo Zezinho – telespectador a surgir no final de cada edição e a interagir com o humorista, via televisor, recorrentemente pedindo “stripi-trisi” (*strip-tease*) feminino, coisa prometida por Jô, mas não cumprida, devido falas estrambelhadas do personagem.<sup>20</sup>

Graças à sua destacada criatividade, além de sua sintonia e constante parceria com diretores, equipe de redatores<sup>21</sup> e o diversificado elenco do programa, Jô Soares revelava sua versatilidade na criação certeira de tipos humorísticos bem afinados ao clima do momento. São, por exemplo, os casos de: Zé da Galera - torcedor fanático da seleção de futebol a telefonar e dar conselhos ao técnico Telê Santana, exibido perto da Copa do Mundo de 1982; Coração do Povo - sobressaltado com incertezas políticas em razão da operação cardíaca do presidente Figueiredo nos EUA, meados de 1983; General Gutierrez - militar argentino escondido na Bahia, tentando se passar de nativo e fugir de julgamento na Argentina, em 1984; General - amigo de Figueiredo, entrou em coma na véspera da posse presidencial desse e despertara na de Sarney, primeira metade do ano de 1985; Dona Conceição – sátira a economista Maria Conceição Tavares entusiasta do Plano Cruzado do Governo Sarney, primeira metade de 1986; e Fiscal do Sarney - atendendo ao pedido do presidente Sarney para a população fiscalizar no comércio os preços congelados pelo Plano Cruzado, segunda metade de 1986.<sup>22</sup>

Contudo, no final de 1987, tornava-se público o fim do contrato de Jô Soares com a Rede Globo e, para surpresa geral, a sua ida para o SBT. Na nova casa, o humorista conduziria, a partir de março de 1988, programa idêntico ao seu VoG, contando com parte da equipe e elenco desse, adotando assemelhado título: *Veja o Gordo*. E ele, também, concretizaria seu acalentado desejo de retornar ao comando de um *talk show*. Em agosto daquele ano, era estreado o seu *Jô Soares Onze e Meia*. E em abril de 1988, a Rede Globo

---

<sup>19</sup> Vídeo da abertura de VoG de 1981. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_ObvOLpMjIU](https://www.youtube.com/watch?v=_ObvOLpMjIU). Acesso em: 25/08/2019. A transcrição da letra da canção foi feita do vídeo de abertura de VoG de 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jKpQfnHM3vg>. Acesso em: 25/08/2019.

<sup>20</sup> Galeria Personagens VoG. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/viva-o-gordo/galeria-de-personagens>. Acesso em: 22/06/2019.

<sup>21</sup> VoG foi dirigido sucessivamente, entre 1981 a 1987, por Cecil Thiré, Francisco Milani (integrado também ao elenco) e por Walter Lacet. A equipe de redatores era integrada por Max Nunes, Hilton Marques, Afonso Brandão, José Mauro, Luís Fernando Veríssimo, Carlos Ferreira e Armando Costa. Não necessariamente todos escrevessem para o programa em iguais períodos.

<sup>22</sup> Página eletrônica de VoG - Galeria de Personagens. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/viva-o-gordo/galeria-de-personagens>. Acesso em: 23/06/2019

levava ao ar, nas noites de terça-feira, o inovador humorístico *TV Pirata*, criação e direção de Guel Arraes e Cláudio Paiva, integrado por elenco de notáveis atores de teatro e TV, ao invés de comediantes, e calcado em humor sofisticado, por vezes *non-sense*, inspirado no grupo britânico *Monty Python* e no estadunidense *Saturday Nighth Live*, com sátiras à programação televisiva.<sup>23</sup> Tinha início, assim, a terceira linhagem de humor que marcaria a trajetória da TV no Brasil. Jô Soares não participaria da história dela. No final de 1990, ele abandonaria a carreira de humorista, seguindo na TV apenas conduzindo seu *talk show*, além de empenhar-se na sua carreira de escritor. Mas bem antes disso, ele criara o mais emblemático de todos os seus tipos humorísticos: o Capitão Gay.

### ***É avião, passarinho sem rabicho? Ou se parece mais com outro bicho? – Capitão Gay***

Para desfilarmos ao lado de seus novos tipos lançados para a segunda temporada de VoG, iniciada em 1º de março de 1982, Jô Soares criou e encarnou o Capitão Gay. Segundo relatara o humorista à imprensa na época, a ideia de criá-lo lhe ocorrera “num estalo, de madrugada”, o que lhe fez “correr pra máquina, para escrever o personagem, inclusive a sua musiquinha”.<sup>24</sup> Tipo humorístico resultante de sua mente bastante criativa, mas, sem dúvida, engendrado em meio a seu conhecimento e gosto por HQs, cultivados por Jô Soares bem antes de dar vida ao Capitão Gay.

Super-herói dotado de caricatos trejeitos de homossexual masculino efeminado e com forte puxada nos erres das palavras, o Capitão Gay envergava indefectível uniforme. Esse composto de collant cor-de-rosa, com muito brilho, máscara (inicialmente maquiada em cor preta, depois, substituída por outra de lantejoulas na cor rosa), tiara preta reluzente, ladeada por asas estilizadas (mais tarde, acrescida de par de antenas, com estrelas rosas cintilantes nas pontas) e capa brilhante ostentando enorme letra G. Trazendo dependuradas no pescoço algemas cintilantes, ladeadas por colares de pérolas. E, dependendo do episódio do quadro, o Capitão se valia de uma reluzente varinha de condão ou de sua “bolsa de utilidades”, prateada e do tipo comumente utilizado por senhoras. E o super-herói vinha acompanhado de seu superassistente Carlos Suely - encarnado pelo ator-humorista Eliezer Motta - e que se identificava como “20% Carlos e 80% Suely”. Além de encenar trejeitos parecidos aos do Capitão, o superajudante era paramentado por uniforme a lembrar o de Robin, parceiro de

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/tv-pirata/formato/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

<sup>24</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25 set. 1983, p.14.

Batman nas aventuras desse em HQ e seriado televisivo, notadamente o colete, assomado de outros adornos em seu vestuário e de objetos, tudo em cores fortes e/ou brilhantes.

Se alguns componentes de caracterização da dupla se mostravam, de um lado, como pródigas sátiras às caracterizações de super-heróis midiáticos, de outro, eles referendavam caldo de preconceito e estigmatização a gays reinante à época, sobretudo dos efeminados. Assim, a “bolsa de utilidades” servia como paródia ao cinto de utilidades de super-heróis masculinos, mas aludia que gays fossem marcadamente desejosos por objetos de uso exclusivo às mulheres; segundo padrões culturalmente dominantes até o início da década de 1980. O emprego da varinha de condão se funcionava como ótima troça à reiterada origem feminina das fadas em histórias infantis, entretanto, nutria visão de que gays se identificassem, na infância, mais com os contos de fada, a contemplar garotas à espera de príncipes encantados, do que aventuras de heróis ou super-heróis másculos na luta contra vilões idem. O brilho e os adornos dos uniformes da dupla faziam uma fértil pândega à masculinidade e virilidade excessivas das caracterizações de heróis superpoderosos, todavia, reforçava a impressão geral de que gays preferissem roupas brilhosas e espalhafatosas por conta de supostamente viverem em eterno clima de festa e/ou carnaval. Se as algemas no peito do Capitão indicavam a sua disposição em conter malfeitores, como o fazem agentes policiais, a maneira como elas eram ostentadas e adornadas as transformavam em fetiche sadomasoquista, retroalimentando visão redutora de que todo gay fosse adepto àquela modalidade de relação sexual. Por fim, a fácil identificação de semelhanças do uniforme de Carlos Suely ao de Robin dava vazão às piadas populares sobre a sexualidade da Dupla Dinâmica, a contemplarem suposições da relação homossexual entre o Homem Morcego e o Garoto Prodígio.

Os detalhes dos elementos de caracterização do Capitão Gay e de Carlos Suely talvez não causassem grande impacto à maior parte do público, bem como a maioria dos telespectadores sequer conotasse a eles um dos sentidos acima considerados sobre aqueles elementos. Isso poderia ocorrer em razão de a sociedade se ater mais frequentemente às maneiras e vestimentas de gays aproximadas às empregadas na composição da dupla de super-heróis gays, salvo, evidentemente, alguns excessos. Formas de se vestir e se comportar reiterada, em grande parte, por gays em festividades carnavalescas e/ou espetáculos artísticos, voltados ao público gay ou em geral, como os casos de *drag queens* e travestis, cujas as imagens eram, cada vez mais, difundidas pela mídia a partir do final da década de 1970 . Mas isso não equivale a dizer que os sentidos acima considerados sobre a caracterização da dupla fossem engendrados de maneira consciente por Jô Soares, assim como diretores, redatores e figurinista que atendiam ao quadro. Elementos visuais que,

diga-se, antes e acima de tudo, foram adotados sob o signo da comédia, no entanto, não sem reativação irrefletida de modos amplamente disseminados, à época, de ver e de apreciar parte do mundo gay, sobremaneira de gays efeminados. Sem dúvida, visões e apreciações calcadas no que ultimamente tem se definido como heteronormatividade.<sup>25</sup> Aliás, visão, também, bem presente, à época, em parte significativa da população gay, posto entre ela ser comum o uso de distinções valorativas entre homossexual masculino passivo ou ativo, efeminado ou másculo, “bicha louca” ou “homem que gosta de homem”. E, por fim, é necessário considerar que ainda eram limitados na sociedade brasileira em geral e, mesmo, em parte considerável da população homossexual, o questionamento acerca das representações estigmatizadas da homossexualidade engendradas e difundidas por instituições e/ou grupos sociopolíticos dominantes; representações que, de resto, eram reiteradas por conteúdos da grande mídia, sobretudo pela TV. Questionamentos que a crescente militância gay brasileira começava a se empenhar para que ressoassem na arena pública, seguindo os passos de suas congêneres nos EUA e na Europa.<sup>26</sup>

Todavia, outros recursos visuais, fixos ou variáveis, somados às falas e ações da dupla gay ao longo dos episódios do quadro permitem, também, aquilatar o humor investido no quadro e suas relações com visões e apreciações generalizadas acerca da homossexualidade masculina em geral e, mais detidamente, de gays efeminados, reinantes nos iniciais anos da década de 1980.

Nos episódios do quadro, o Capitão, ao lado de Carlos Suely, sempre surgia em cena quando personagens diversos diante de apuros cotidianos ou imbróglis inusitados chamavam pelo seu socorro. Ato contínuo, irrompia no vídeo a dupla de heróis gays cantando e coreografando a canção-título do super-herói; pequeno número musical editado em plano aberto, seguidos de curtos e alternados closes em cada um dos tipos. A primeira parte da letra da canção<sup>27</sup> explicitava a missão do super-herói: “É o defensor das minorias (gay!)/ E é sempre contra as tiranias (gay!)”. Assim, era dado a entender que o Capitão investiria seus superpoderes a proteger todos os grupos vulneráveis a qualquer tipo de

---

<sup>25</sup> “A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade”. MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan.-jun. 2009, p.156-157.

<sup>26</sup> GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.15, 2000, p. 271-295.

<sup>27</sup> A transcrição da letra da canção-título foi realizada com base na visualização do vídeo encontrado no YouTube contendo o primeiro episódio integral do quadro “Capitão Gay”, exibido em VoG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBlw9ue006E>. Acesso em: 15/03/2019.

opressão, como explicitado pelo uso do plural tanto ao que o super-herói queria defender quanto ao que ele pretendia combater. Proposição que, sem dúvida, ganhava conotação política em tempos de Ditadura Militar - ainda que essa vivesse o seu ocaso e a o brado fosse expresso pela via humorística -, assim como de crítica social, uma vez que a dinâmica da vida social brasileira sempre fora perpassada por preconceito e discriminação das minorias. E a letra da canção seguia em sua segunda e última parte: “É avião, passarinho sem rabicho? Ou se parece mais com outro bicho? É o Capitão Gay, gay, gay!/ Capitão Gay!/ Capitão Gay!”. De um lado, tinha-se uma zombaria ao notável prefixo para anunciar a entrada em cena do Super-Homem no seu seriado televisivo que, produzido nos EUA desde 1957, fora exibido no Brasil por décadas – “É um avião? É um pássaro? Não. É o Super-Homem!”. De outro lado, as interpelações do que o Capitão Gay pudesse ser ou parecer induziam a respostas de cunho pejorativo; disseminadas na população brasileira em geral bem anteriormente e empregada até hoje por parte dela. Assim, a primeira parte remetendo, de forma desairosa, à consequência do sexo anal, a segunda, sugerindo termos ofensivos, como, por exemplo, “veado” ou “bicha”.

Na primeira edição do quadro, o Capitão Gay se viu envolvido com dificuldade corriqueira no âmbito da burocracia imperiosa do serviço público.<sup>28</sup> A primeira sequência se inicia com um cidadão sendo cobrado por casal de burocratas a comprovar sua receita líquida para poder receber um rendimento, mesmo ele afirmando não dispor dela. O funcionário categoricamente lhe afirma que sem aquela comprovação o caso dele “não pode ser resolvido por nenhum homem deste mundo”, ao que, de imediato, complementa a sua colega de trabalho: “nem mulher”. Com close em seu rosto e voltado para o vídeo, o cidadão conclui: “Ah! Se não há nenhum homem ou mulher neste mundo que resolva este caso, isto é um caso para o Capitão Gay”; logo, evoca o nome desse a plenos pulmões. Ato contínuo, surge em cena a dupla de heróis gays, executando o seu pequeno número musical, dando fim a sequência inicial.

Com o final da dança, abrindo a segunda sequência, o funcionário irritado pede para cessar “a bagunça” e interpela quem são os dois. Capitão Gay se identifica e apresenta “o seu protegido” Carlos Suely, ao que a funcionária exclama com ar de deboche: “Carlos Suely!”. Esse explica o nome informando que a sua “mãe queria muito uma menina”. E o seu parceiro emenda: “Claro, ele é filho da Homem Mosca com a Mulher Aranha. Ficou órfão no ato”; e se dirigindo ao superassistente, comenta: “Percebeu a sutileza?” O funcionário ao inquirir

---

<sup>28</sup> Cenas descritas e textos transcritos neste parágrafo e nos quatro próximos foram elaborados com base na visualização do vídeo encontrado no YouTube contendo o primeiro episódio integral do quadro “Capitão Gay”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBlw9ue006E>. Acesso: 15/04/2019.

quem “era esse tal de Capitão Gay”, ouve desse: “Gay quer dizer alegria, euforia. Eu sou o primeiro super-herói gay, alegre da história em quadrinhos. Entendeu, pessoooooaa? E eu sou gay, tá sabendo?” Exasperado, o burocrata exige que aquela “brincadeira” acabasse, justificando não gostar dela por ser “um homem sério”. Qualificação que é zombada pelo super-herói: “Sério! Qualê pessoa? Sério, pessoa?”; enquanto puxa o funcionário pela gravata com as pontas dos dedos. Ato contínuo volta-se para seu superassistente e, piscando, dispara em tom de ironia: “Suely, ele é sério. Sério, Suely!” Ao tornar a encarar o burocrata, afirma: “Não existe pessoa séria. O que você é, é um alegre enrustido”. Ao desvencilhar-se das mãos do super-herói em sua gravata, o burocrata reage nervosamente: “Olha aqui, mais respeito comigo; eu não sou alegre enrustido”. Suely, em ajuda ao Capitão, se dirige ao funcionário e dizendo-lhe que ele “é alegre sim” e sugere que “se solte”; demonstrando como deve fazê-lo, dando rodopios, pulinhos e gritinhos.

É notável que a fala conclusiva do cidadão para chamar pelo socorro do Capitão Gay e a aplicação que o super-herói faz do termo neutro “pessoa” para homem ou mulher - recurso discursivo mantido no quadro ao longo dos anos - marquem proximidades com questionamentos atuais sobre o binarismo de gênero. Expedientes que não deixavam de ser inusitados para uma época em que ainda grassavam na sociedade visões negativas e redutoras a tomar “gay como uma mulher que não deu certo, lésbica como um homem idem”. Ademais, quando o Capitão se define ao funcionário e nas suas ações contra as tentativas desse em se afirmar como “pessoa séria”, pode-se observar uma sintonia no texto com a busca da felicidade e/ou da alegria pelos indivíduos frente às recorrentes limitações e/ou interdições da vida social que, eivada de regras, acabam tolhendo o princípio do prazer, gerando desde cinismos e hipocrisias até males psicológicos. Consideração plausível por conta de que, a partir dos anos de 1970 e início da década seguinte, crescera no Brasil o interesse pela Psicanálise e a frequência a sessões de análise, notadamente entre a classe média urbana mais escolarizada e artistas, em parte devido à busca da chamada “liberação sexual”, prenunciada pela Contracultura.

Com o início da terceira e última sequência do episódio, o Capitão Gay passa a atender o cidadão que evocara a sua ajuda. Ele, após narrar a situação, começa a chorar no ombro do super-herói que, logo, o afasta em direção a Carlos Suely, sendo por esse afagado e a exclaimar: “Coitadinho!” Para solucionar o problema, o super-herói ordena ao seu escudeiro que pegue sua “bolsa de utilidades” - repetindo três vezes *snap* (expressão em inglês significando “fazer rápido”, como em um estalar de dedos), balançando o corpo e com as mãos nos quadris - e que retire dela “uma coqueteleira cheia de gim, complete com vermute, uma azeitona da Pomerânia, uma cereja grega” e, por fim, tampe o utensílio. Ao tomá-lo em

suas mãos, o Capitão dá várias e fortes chacoalhadas ensinando: “Agora, a gente bate bonitinho”; acompanhado de um breve cantarolar, tudo em close-up. Depois, abre a coqueteleira e entorna seu conteúdo sobre os burocratas, declarando: “Toma a receita líquida”. O senhor agradecido, levando as mãos aos céus, profere: “Oh! Meu Deus. Obrigado Capitão Gay”; abraçando alegremente o super-herói que o alerta: “Que é isso pessoa. Segura toda essa sensualidade”. Repete-se o quadro musical.

A solução do Capitão Gay dada ao problema do cidadão oprimido pela sanha burocrática torna-se previsível a partir do momento em que ele pede ao seu ajudante a coqueteleira e os ingredientes a serem depositados nela. O telespectador atento percebe sem dificuldade que o desfecho caminha para um trocadilho com a palavra ‘líquida’. Mas, o uso que o super-herói faz da coqueteleira, editado em close-up, denota elementos da masturbação masculina, posto o objeto ter a forma fálica, ser chacoalhado e, mesmo, dele ser ejaculado líquido. Ademais, a situação enfrentada pelo Capitão guardava restrita ligação com a conjuntura política do momento. O presidente Figueiredo estabelecera, em meados de 1979, o Ministério da Desburocratização com vistas a melhorar o atendimento do serviço público aos usuários, por meio da redução da interferência e de exigências do Estado para legalizar e controlar uma série de atividades dos cidadãos e do empresariado. Passados pouco mais de ano e meio, a população brasileira em geral se via frustrada por conta de o processo de desburocratização se mostrar inócuo até aquele momento.<sup>29</sup>

O Capitão Gay ao longo dos episódios da primeira temporada de exibição do quadro se envolveria em diversas aventuras, fossem inusitadas, fossem próprias do cotidiano. Assim, foram ao ar os episódios em que ele se apresentava para: salvar mulher presa em cofre forte do banco; solucionar a ausência do bailarino para dançar “O Lago dos Cisnes”; orientar menina que, perdida no bosque, acreditava ser a Bela Adormecida; desvendar o roubo de um diamante raro; ajudar noiva abandonada no altar; descobrir o ladrão de vestidos do ateliê de famoso costureiro; aplacar a fúria de um sultão que teve raptada a sua odalisca preferida; convencer moralista de que o jogo do bicho era inofensivo; encontrar as sapatilhas perdidas de uma bailarina; resolver a insubordinação de um marujo de navio mercante.<sup>30</sup>

E como todo super-herói, o Capitão Gay se escondia sob uma identidade civil. Essa fora revelada ao público no episódio exibido em 29 de junho de 1982, quando ficava-se

---

<sup>29</sup> BRASIL. Casa Civil. Decreto n.83.740, de 18 julho de 1979. A consideração sobre o estado de ânimo da população brasileira com a lei baseia-se na consulta de cadernos de política de jornais publicados entre 1981 e primeiro trimestre de 1982, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 07 e 21 mar. 1982, p.15, 05 e 12 set.1982, p.14, 04 out.1982, p.14, 14, 21 e 28 nov. 1982, p. 14, 13 dez. 1982, p.14; *O Globo*, Revista da TV, 11 abr. 1982, p.06.

sabendo que o Capitão Gay atendia civilmente como Comendador Gouveia, homem de negócios, e Carlos Suely respondia pelo nome de Leopoldo, secretário particular daquele. Ambos apareciam em cenário a reproduzir uma sala de escritório, vestidos de terno e gravata, óculos de armações tradicionais, cabelos alinhados, se expressando em vozes empostadas e grossas. O Comendador lembra seu secretário sobre a tarefa de rever o texto da conferência que iria “proferir na sede da Liga a Favor da Moralidade”; ironia à hipocrisia de gays não assumidos a frequentar e/ou fomentar círculos moralistas. Enquanto a dupla mexe e remexe documentos, ouve-se voz *over*, imitando a entonação de apresentações, em igual recurso de edição, dos super-heróis em seriados televisivos: “Este é o escritório do Comendador Gouveia e seu fiel secretário Leopoldo, situado no vigésimo andar de um dos principais edifícios do centro da cidade. Porém, se você estiver em apuros, não importa onde esteja, basta chamar o Capitão Gay”. Ao ouvir o chamado por seu nome, o Comendador diz a Leopoldo: “Em algum ponto da cidade, alguém está com problema. Me parece que é outro caso para nosso amigo, o defensor das minorias. Teremos que chamar a Dupla Beleza”. Ato contínuo, ambos passam a dar rodopios com as mãos desmunhecadas e gritam juntos: “Canseeiii!”; inicia-se a transformação deles na dupla de super-heróis e partindo para uma missão de socorro.<sup>31</sup>

Chama a atenção a ausência, no texto pronunciado em voz *over*, do nome da cidade em que se localizava o escritório do Comendador/Capitão. Assim, a edição do episódio, de um lado, fugia à opção de se criar uma cidade fictícia, como era próprio nalgumas histórias de super-heróis, e, de outro, evitou identificar a localização do super-herói com qualquer nome de cidade brasileira existente, contornando, assim, qualquer futura pândega popular que viesse a estigmatizar como “cidade do Capitão Gay” a localidade nomeada. Mas um detalhe do cenário parecia indicar que o escritório se localizava em Manhattan, qual seja: um mapa da ilha novaiorquina dependurado na parede e com seu nome grafado em letras garrafais. De qualquer forma, sátira à origem estadunidense da maioria dos super-heróis.

Outro episódio a tratar da história do Capitão Gay fora ao ar na edição de 16 de março de 1983 de VoG. Nele, a infância do super-herói gay é mostrada ao lado dos mirins Capitão Marvel e Super-Homem - hilariante sátira acerca da supermasculinidade dos seus “amiguinhos de infância” – e a cena em que a sua fada madrinha – interpretada pela atriz Leina Krespi – o transforma no Capitão Gay.<sup>32</sup> Conteúdo a explicar a posse de varinha mágica pelo Capitão. Meses depois, fora apresentado o tio do super-herói: o carnavalesco

---

<sup>31</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 26 jun. 1982, p. 15. Transcrição do episódio com base na visualização de vídeo encontrado no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1trG3si4K08>. Acesso em: 27/08/2019.

<sup>32</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 13 mar. 1983; *O Fluminense*, Cidinha na Jogada, 16 mar. 1983, p.05.

Clóvis Bornay. No episódio, o Capitão se ocupa com a missão de desvendar o rapto do seu tio ocorrido no dia em que esse participaria de desfile de fantasia.<sup>33</sup>

Ao criar e encarnar seu super-herói gay, Jô Soares abria a telinha da TV à homossexualidade, ainda que essa fosse enfocada humoristicamente. Fato que não se pode menosprezar, posto efetivado em pleno horário nobre da grade da mais sintonizada rede de televisão, no período em que conteúdos produzidos por ela, assim como de suas congêneres, muito pouco enfocavam a homossexualidade, ainda mais de forma aberta. Isso em razão de o tema, bem como outros sobre costumes e comportamentos sexuais e de gênero, estar sempre na mira da Divisão de Censura a Diversões Públicas (DCDP). Órgão federal que, criado em 1946 e fortalecido pela Ditadura Militar, mantinha-se vigilante “na defesa da moral e dos bons costumes”; calcados substancialmente na noção de família patriarcal-monogâmica, na cristandade e heterossexualidade.

Nas telenovelas, a homossexualidade de personagens era abordada de maneira indireta, por meio de recursos discursivos e imagéticos, ou elaborados na intersecção de ambas as linguagens, ancorados em subterfúgios e metáforas para expressar sentimentos e comportamentos de personagens gays ou lésbicas. Recursos dramáticos que dificultavam a identificação da homossexualidade dos personagens pela maioria dos telespectadores. Por vezes, as tramas incluíam personagens caracterizado com trejeitos de gay efeminados, esses desempenhavam, invariavelmente, na trama profissões consagradas culturalmente a gays (cabelereiros, costureiros, carnavalescos, mordomos). Entretanto, tais personagens não dispunham de par romântico. Em ambas as situações dramáticas, dificilmente personagens gays figurassem como protagonistas das tramas, bem como, mormente, eram destituídos de profundidade em termos afetivo-sexuais.<sup>34</sup>

Certo abrandamento da censura promovida pela DCDP, na esteira do fim do AI-5, em 1978, contaria, sem dúvida, a favor da chegada do Capitão Gay na telinha da TV, assim como de outro tipo humorístico gay, o Painho; esse um pai de santo encarnado por Chico Anysio e lançado em março 1982 em seu *Chico Anysio Show*. Mas o pioneirismo de Jô Soares e Chico Anysio fora precedido, em dois anos, pela proposta de criação de quadro com igual temática para o humorístico *Apertura*, da Rede Tupi. O quadro que, a ser chamado “Um Casal Estranho” e protagonizado pelo humorista Tutuca, enfocaria um homossexual que perdera o seu companheiro para uma mulher, sendo o inconformismo daquele com a

---

<sup>33</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, 05 jun. 1983, p. 15.

<sup>34</sup> FERNANDES, Guilherme M. *A homossexualidade de personagens protagonistas de telenovelas da Rede Globo*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012, p.38-57. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2012//guilherme\\_moreira\\_fernandes\\_trab\\_revisado\\_0.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2012//guilherme_moreira_fernandes_trab_revisado_0.pdf). Acesso em: 22/07/2019.

situação o mote para os textos e situações de humor.<sup>35</sup> Entretanto, o quadro não fora ao ar, como atesta a falta de comentários sobre o desempenho dele na imprensa da época, tendo essa, no entanto, emitido críticas sobre o *Apertura* no período em que ele esteve no ar. Sem dúvida, a proposta era bastante arrojada para época, mesmo para o universo do humor televisivo. Afinal, envolveria sátira às relações afetivo-sexuais de gay e à família monogâmica tradicional; ainda mais que o quadro seria exibido ao vivo, como se deu toda a produção de o *Apertura*.

De qualquer forma, o Capitão Gay parece conceder a Jô Soares o pioneirismo mundial na criação e interpretação do primeiro super-herói gay televisivo; a considerar a inexistência de referência a caso similar na literatura especializada sobre o tema homossexualidade e TV referente ao período 1950/1980 divulgada em língua inglesa, francesa e espanhola.<sup>36</sup> Nem mesmo a TV nos EUA, integrada ao maior polo da indústria do entretenimento, contava com um super-herói gay, sequer no pulsante âmbito do humor, mesmo que a pândega fosse mais que justificada em razão do culto daqueles personagens se encontrarem amplamente arraigado na cultura popular daquele país. Tal criação talvez fosse impensável entre produtores de personagens superpoderosos naquelas décadas. Interdição bastante factível em razão das grandes corporações midiáticas voltadas à produção de super-heróis se submeterem e, não raras vezes, colaborarem no estabelecimento de diretrizes/regras que, preconizadas por forças sociopolíticas conservadoras/moralistas, exigiam que aqueles personagens se movessem “num mundo moralmente certo, em que o bem sempre vence, o mal sempre perde e a moral protestante patriótica fosse celebrada”.<sup>37</sup> Mas ao contrário da TV do Brasil, humorísticos dos EUA exibiam personagens gays, lésbicas, transsexuais a partir da década de 1970, sobremaneira em *sitcons*. Inicialmente, eles apareciam de maneira bem esporádica e pontual, depois, de forma mais recorrente e com participação ativa nos episódios, mesmo que muitas vezes fossem tratados de modo estereotipado. Visibilidade televisiva dada a personagens daqueles gêneros na TV que, diga-se, era resultante, em grande medida, das pressões da militância homossexual ao setor midiático; aquela seguindo mais organizada a partir da repressão policial a frequentadores do bar gay novaiorquino

---

<sup>35</sup> *Correio Braziliense*, 1º mar. 1980, p. 36; *Correio Braziliense*, Caderno Fim de Semana, 06 abr.1980, p.04, *O Fluminense*, Cidinha na Jogada, 21 fev. 1980, p.06, 26 fev. 1980, p.08; *Jornal do Commercio* (AM), Caderno 2, 19 mar. 1980, p.02.

<sup>36</sup> Segundo observado em pesquisa nas bases de dados de JSTOR, SciELO e Google Scholar, realizada no período de abril a novembro de 2019.

<sup>37</sup> SHYMINSKY, Neil. “Gay” Sidekicks: queer anxiety and the narrative straightening of the superhero. *Men and Masculinities*, Sage Publications, v.14, n.3, 2011, p. 296-299. Disponível em: [https://www.academia.edu/226080/Unmasking\\_Gay\\_Sidekicks\\_Queer\\_Anxiety\\_and\\_the\\_Narrative\\_Straightenin\\_g\\_of\\_the\\_Superhero](https://www.academia.edu/226080/Unmasking_Gay_Sidekicks_Queer_Anxiety_and_the_Narrative_Straightenin_g_of_the_Superhero). Acesso em 12/09/2019.

Stonewall Inn, em 1969.<sup>38</sup> Entretanto, não se deve excluir a possibilidade de que humorísticos televisivos dos EUA, bem como os de outros países ocidentais, pudessem veicular piadas ou chistes a suscitarem a homossexualidade de super-heróis.

Notável também é o fato de a caracterização do Capitão Gay, ao contrário dos muitos outros tipos criados e/ou encarnados pelo humorista, tivesse potencial, por si só, de evidenciar a sátira aos super-heróis em âmbito internacional. Isso por conta de que HQs, seriados televisivos e filmes com as aventuras de personagens superpoderosos, sobretudo produzidas pela mídia dos EUA, circulavam mundo afora há décadas, gerando uma cultura sobre aquele universo compartilhada mundialmente.

### **O poder da popularidade do quadro “Capitão Gay” e a sua “criptonita”**

Meses após a estreia do quadro “Capitão Gay”, a popularidade do super-herói já era visível no cotidiano brasileiro, alçando, apesar do horário de sua exibição, o gosto das crianças. Assim, era comum ver, pouco tempo após o lançamento do quadro, pessoas pelas ruas de grandes cidades vestindo camisetas com estampas do Capitão Gay. Bonequinho artesanal dele era vendido na Feirinha Hippie de Ipanema. Tornou-se hábito entre a população em geral, personalidades políticas ou artísticas sugerirem que se chamasse o Capitão Gay quando se viam diante de situações de difícil solução ou consideradas absurdas. Não era raro homens obsessos ganharem o apelido do super-herói, sobretudo profissionais do meio futebolístico, como juízes, bandeirinhas, cartolas e jornalistas desportivos, além de servir de alcunha a meliantes a ostentar formas roliças, quando não acompanhado de parceiros cognominados de Carlos Suely. Lancha náutica e potro de turfe eram batizados como o nome do super-herói gay. Eleitores no pleito de novembro de 1982 - quando da volta da eleição direta para governadores -, cravavam nas cédulas eleitorais, mesmo em cidades interioranas, o nome do Capitão Gay, alguns votando na dupla completa de super-heróis gays. E, como relembra Jô Soares em seu livro de memórias, o humorista foi contato, via telefone e durante aquelas eleições, “por um candidato a deputado em Pernambuco, defensor da causa gay” que o convidara para ir “a Recife participar de seus comícios como Capitão Gay”, estendendo, inclusive, o convite “ao seu correligionário Carlos Suely”.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> GROSS, Larry. *Up from invisibility: lesbians, gays mens, and media in America*. New York: Columbia University Press, 2001, p. 81-93.

<sup>39</sup>O *Fluminense*, Cidinha na Jogada, 11 abr. 1982, p.05; *Correio Brasiliense*, Revista, 25 abr. 1982, p.05, Seção Variedades, 03 set. 1982, p.28, Seção Variedades, 27 dez. 1982, p.21, Seção Polícia, 05 fev. 1983, p.06; *Diário do Pará*, Seção Esporte, 09 jun. 1982, p.08, Policial, 28 mai. 1983, p.08; *Diário de Pernambuco*, Seção Cidade/Habitação, 17 jul. 1982, p.09, Seção Política, 12 out. 1982; *Diário de Natal*, Seção Justiça, 06 nov. 1982,

Com a chegada do Carnaval de 1983, fantasias do Capitão Gay eram disputadas pelos foliões nas lojas, mesmo sendo vendidas a preços nada módicos. Durante os festejos de Momo daquele ano, entre desfiles de blocos ou bailes de salão, realizados Brasil afora, eram encontrados muitos foliões ou turmas fantasiadas de Capitão Gay, às vezes, a envergarem, também, fantasias de Carlos Suely. Um polêmico padre, aficionado pelas folias carnavalescas, atuante na cidade de Pelotas (RS), sairia em desfile de rua e salões de bailes locais fantasiado de Capitão Gay; ainda que sua ordenação fosse ameaçada pela hierarquia católica. No Carnaval do ano seguinte, a Escola de Samba Caprichosos de Pilares, desfilando no Grupo I-A do Rio de Janeiro, com o samba enredo “A Nobreza do Riso a Chico Rei, Num Palco Nem Sempre Iluminado” - homenagem a Chico Anysio -, levaria à avenida uma ala com passistas fantasiados de Capitão Gay.<sup>40</sup>

Com seu tipo humorístico aceito pelo gosto popular, Jô Soares gravaria um *single* que, intitulado “Capitão Gay”, em meados de 1982. No seu lado A, o disco trazia a canção-título do super-herói, interpretada conjuntamente por Capitão/Jô Soares e Carlos Suely/Eliezer Motta, e, no lado B, “Um Croquete”, canção interpretada por Jô Soares/Norminha; tipo reabilitado pelo humorista para a temporada de VoG daquele ano. Em ritmo pop-rock, a versão discográfica da canção “Capitão Gay”, diferente da executada no quadro televisivo, se iniciava com os seguintes versos: “Abaixo o machismo enrustido/E viva, viva, viva/A nova lei/Seja logo alegre assumido/Como novela e Capitão Gay”; seguidos dos versos da versão televisiva.<sup>41</sup> Com a inclusão de tal parte, o recado do super-herói era direto aos “machões” e falsos moralistas.

Ainda na esteira do sucesso do quadro “Capitão Gay”, a Editora Grafipar, sediada em Curitiba e há muito produzindo HQs, lançou, em agosto de 1982, a revista *Super-Gay*, cujo personagem título – composto de capa, máscara, uniforme curto e justo, integrado por corpete, botas até o joelho, lembrando as utilizadas por mulheres, corpo esquivo e poses efeminadas - atuava com seu superajudante Capitão Fafá – caracterizado com *collant* rosa, cabeleira enrolada, com máscara ladeada por asas e era líder da Liga Gay da Justiça. O primeiro e único número da revista trazia duas aventuras daquela dupla com a participação

---

p.06; *O Pioneiro*(Caxias, RS), Seção Política, 17 nov. 1982, p.09; *Voz de Luziânia* (GO), 18 nov. 1982; *Jornal do Brasil*, Caderno B, 21 nov. 1982, p.15, Seção Cidades, 29 dez. 1982, Seção Polícia, 25 fev. 1984, p.12; *Manchete*, 26 fev. 1983, p.95; *Última Hora*, Seção Turfe, 28 dez. 1984, p. 09; *Jornal dos Sports*, 28 mai. 1984, p.16; *Correio de Notícias* (Curitiba), Coluna Rolmops & Catchup, 16 out. 1989, p.A-07; *Playboy*, Edição de Gala, out. 1989, p. 68; *O Estado de S. Paulo*, Esportes, 15 abr. 1989, p.53; SOARES, Jô, *O livro de Jô, Op. cit.*, Arquivo Kindle.

<sup>40</sup> *Jornal do Brasil*, Seção Economia/Negócios, 11 fev. 1983, p.09, Seção Carnaval, 12 fev. 1983, p.12; Seção Carnaval, 12 fev. 1984, p.15; *Diário de Pernambuco*, Telenotícias, 12 out. 1982, p.17, Seção Carnaval, 07 fev. 1983, p.A-04; *Correio Brasiliense*, Caderno Carnaval, 16 fev. 1983, p. 02; *O Fluminense*, Geral, 16 set. 1982, p.10; *Jornal de Caxias* (RS), 30 mai. 1983, p.23; *Manchete*, 21 set. 1982, p.134.

<sup>41</sup> “Capitão Gay”, *Single*, Jô Soares (com participação de Eliezer Motta), Direção Musical: Guio de Moraes, RGE, 1982.

de uma plêiade de super-heróis homossexuais, em direta referência aos da Marvel e DC. Segundo Gian Danton, o fim prematuro da publicação teria sido provocado por pressão de Jô Soares. Ao comentar que a revista “parecia um pedido explícito da Grafipar de ser processada pela Marvel e pela DC ou de suas representantes brasileiras (Ebal, Abril e RGE)”, Danton acrescenta: “leitor de quadrinhos assíduo, comprava as revistas da Grafipar e, quando se deparou com o Super-Gay, logo percebeu a semelhança com o Capitão Gay e telefonou para a editora ameaçando processar se saísse um segundo número”.<sup>42</sup> Embora o personagem decalcado de o Capitão Gay não fosse o Super-Gay, mas, antes, o Capitão Fafá. Tudo indica, Jô Soares parece não ter sofrido sequer nenhuma tentativa de pressão das corporações detentoras dos direitos autorais de super-heróis ou de seus representantes no Brasil; uma vez que não há registro sobre o assunto quer na imprensa do período quer no livro de memórias do humorista. Entretanto, o super-herói gay de Jô Soares sofrera tentativa de autocensura por parte de dirigente da Rede Globo e de censura pedida por parlamentar, além de ser criticado por telespectadores e pela militância gay.

Em suas memórias, o humorista relembra que ao se ocupar em roteirizar o quadro “Capitão Gay”, teve o *script* lido pelo desenhista Borjalo (Mauro Borja Lopes, à época, diretor da Central Globo de Produções), o qual dissera-lhe para não ir adiante com a sua criação, alegando que ele poderia ter problemas com a Censura devido à existência de um coronel Gay nas Forças Armadas. Ainda segundo suas lembranças, Jô Soares recorreu a Boni (José Bonifácio Sobrinho, então vice-presidente da Rede Globo) para liberar o seu quadro; o que afinal ocorrera, posto o dirigente se convencer do potencial de popularidade do tipo humorístico. Meses depois da estérea do quadro no VoG, o coronel Gay e Jô Soares se encontraram no Aeroporto Internacional de Brasília, tendo o militar ressaltado que se divertia muito com o super-herói gay, além de salientar que era tio do capitão Gay, o qual atuava na Marinha; como lembrado pelo humorista em suas memórias e registrado na imprensa do período. Aliás, essa indicava que o militar mencionado tratava-se de Alzir Nunes Gay, o qual integrara corpo dirigente da Itaipu Binacional e, em 1982, tinha o seu nome cogitado para o governo de Brasília, além de ser amigo pessoal do presidente Figueiredo; portanto, está incorreto o nome citado no livro de memórias do humorista.<sup>43</sup>

A existência de nomes militares homônimos ao super-herói sem que resultasse em alguma complicação legal ao seu criador e, mais ainda, o fato de ganhar a simpatia de seus detentores revelavam o poder do humor do quadro “Capitão Gay”. E mesmo o uso de patente

---

<sup>42</sup> DANTON, Gian. *Grafipar: a editora que saiu do eixo*. São Paulo: Kalaco, 2012, p.101-102.

<sup>43</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), Revista Nacional, Coluna Jussara Martins, 05 jul. 1982, p.22; *Tribuna da Imprensa*, 07 ago. 1982, p. 08; *Diário da Tarde* (PR), 07 ago.1982, p. 01; SOARES, JÔ, *op. cit.* – Versão Kindle.

militar para compor o nome do super-herói gay não provocara nenhuma tentativa que fosse de censura da parte das Forças Armadas. Situação talvez possível pelo entendimento do comando daquelas forças vislumbrar no Capitão Gay um deboche exagerado da homossexualidade que servisse antes como contraexemplo do que modelo a ser seguido. Mas o quadro político não era mais tão favorável a rompantes censórios, posto o presidente Figueiredo se mostrar publicamente empenhado em levar a cabo o processo da Abertura política, ainda que, muitas vezes, o fizesse à luz do autoritarismo.

Contudo, um pronunciamento do presidente colocaria à veiculação do quadro “Capitão Gay” sobre suspeição, assim como de tantos outros conteúdos midiáticos a enfocar a homossexualidade ou, mesmo, a sexualidade em geral. Na noite da segunda-feira 15 de março de 1982, data comemorativa do terceiro ano de seu mandato e duas horas antes de ir ao ar o terceiro episódio de o “Capitão Gay”, o presidente da República fizera, via cadeia nacional de rádio e TV, pronunciamento que, em mais de dois terço desse, tratou sobre a “dissolução dos costumes, pornografia e obscenidades”, os quais considerava “infiltrados por toda parte do país”. Dizendo não poder se “calar ante a vaga de desregramento moral que campeia perante os nossos olhos, de modo desenfreado”, o presidente conclamava a sociedade a se organizar num “largo movimento popular pela preservação dos dogmas morais e espirituais em que repousa a identidade da civilização que estamos construindo”; chegando mesmo a falar em “cruzada”. Dada a boataria e especulações imediatas de que o governo pretendesse esquema mais rigoroso de censura, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, esclarecia que o presidente decidira fazer aquele pronunciamento “diante do que considerou como divulgação exagerada de temas ligados ao sexo pelos meios de comunicação, com a exaltação do homossexualismo (sic) e as fotografias de travestis em espetáculos carnavalescos, feitos por algumas revistas”. E complementava afirmando que o governo não tinha “intenção em tomar medidas contra a escalada de pornografia, preferindo que a própria sociedade, espontaneamente, se organizasse num movimento de moralização dos costumes”. Círculos moralistas da sociedade se entusiasmavam com o conclave presidencial. A imprensa e analistas políticos a tomaram como estratégia do governo para desviar a atenção da população da séria crise econômica que o país vivenciava.<sup>44</sup>

A crítica de TV Cidinha Campos, em texto de entrevista com Jô Soares, ao formular a segunda pergunta ao humorista, fazia uma inconfidência acerca da reação da Rede Globo ao conclave do presidente: “Como você sabe, o seu programa foi o primeiro visado quando

---

<sup>44</sup> *O Estado de S. Paulo*, Seção Nacional, 16 mar. 1982, p.05, Seção O País, 18 mar. 1982, p.04, Seção Nacional, 21 mar. 1982, p.07; *Jornal do Brasil*, Caderno B, 19 abr. 1983, p.02; *Correio Brasileiro*, Coluna Abertura, 22 mar. 1982, p.03; *Tribuna Democrática*, 27 mar. 1982, p.05; *O Fluminense*, Seção Política, 27 mar. 1982, p.06.

daquela declaração do Figueiredo, a tal ponto que ele foi editado pelo vice-presidente da Globo, o Boni”. Afirmativa que não contou com nenhum reparo ou objeção por parte do entrevistado, fosse no texto publicado da entrevista, fosse posteriormente. Todavia, a autocensura mencionada pela jornalista guarda factibilidade em razão da consabida prática de autocensura praticada pela Rede Globo, uma vez que essa sempre se mostrou mais do que atenta aos ditames da Ditadura Militar, dada a proximidade do concessionário Roberto Marinho com esse regime. Meses após, jornal recifense publicava a nota: “Comenta-se que a Rede Globo não permitirá mais ir ao ar nada que mostre personalidades de rapazes sexualmente libertos. Isto quer dizer que não é muito estável a situação de Painho, de Chico Anysio, Capitão Gay, de Jô Soares”.<sup>45</sup> Nenhuma réplica da Rede Globo à nota viera a público.

Um ano após aquele pronunciamento presidencial, o conclave por uma “cruzada moral” de Figueiredo parecia ecoar na cabeça de político maranhense. Em abril de 1983, o deputado estadual Edivaldo Holanda, eleito pelo PDS, ocupava a tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão para anunciar que enviaria correspondência ao ministro da Justiça solicitando a proibição de tipos homossexuais exibidos na TV, além de pedir a retirada do ar do programa *Clodovil*, conduzido pelo notável estilista gay e veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão. Iniciativa que, apoiada por vários parlamentares daquela casa legislativa, fora concretizada. Como justificativa ao seu pedido, Holanda, de maneira infundada e preconceituosa, alegava: “De uns cinco anos para cá, está crescendo nos meios de comunicação de massa, particularmente na TV, a apologia ao homossexualismo e ao lesbianismo (sic), notando-se um crescimento dessas anomalias”. E acrescia à justificativa sua preocupação com “a formação das crianças e adolescentes”; sem fornecer nenhum dado de pesquisa sobre o assunto. A imprensa registraria repúdio a tal pedido, mencionando que se esse fosse efetivado atingiria tipos como Capitão Gay, Painho e, até mesmo, Zacarias (de *Os Trapalhões*), bem como Cassandra – gay caricato encarnado por Iran Lima no humorístico *Alegria 83*, do SBT. Jornais, ao noticiarem o fato, acentuaram que no Brasil havia questões sociais mais relevantes a serem cuidadas politicamente, como a fome, a miséria, inflação, desvalorização da moeda, desemprego; posição similar tomara Jô Soares ao ser consultado pela imprensa sobre o assunto.<sup>46</sup> Devido à orientação do presidente acerca da sua sugerida “cruzada moral”, obviamente o pedido do deputado estadual não fora acatado pelo ministro da Justiça.

---

<sup>45</sup> *O Fluminense*, Cidinha na Jogada, 12 abr. 1982, p.05; *Diário de Pernambuco*, Telenotícias, 25 jun. 1982, p.B-05.

<sup>46</sup> *Última Hora*, Seção Política, 18 abr. 1983; *Diário de Pernambuco*, Telenotícias, 24 abr. 1983, p.15; *Jornal dos Sports*, Coluna Eli Halfoun, 04 mai. 1983, p.13, 28 mai. 1983, p.12; *Mulherio*, n. 13, mai.-jun. 1983, p.21;

Telespectadores cariocas não deixaram de se manifestarem, no *Jornal do Brasil*, contrariamente ao quadro “Capitão Gay”; embora a maioria das mensagens dos leitores do jornal sobre o super-herói e o programa fosse positiva. As críticas desfavoráveis expressavam apreciações de cunho conservador e preconceituosas, ora, ecoando o conclave do presidente por “cruzada moral”, ora, adiantando-se, em um ano, à intenção censória do deputado maranhense: “Jô não devia se afeminar para ser engraçado”; “Capitão Gay e o Bandeirinha são ótimas opções para a gente ir à cozinha tomar um cafezinho”; “Humorístico [VoG] de bom nível, que peca pelo ridículo do quadro Capitão Gay”; “A Censura proíbe o filme *Pra Frente Brasil* e libera o incrível Capitão Gay, apologia do homossexualismo (sic)”; “Prefiro Jô imitando mulheres, como Norminha e Bô Francineide, a Capitão Gay”; “Jô está abusando, daqui a pouco o programa vai ser chamado de Viva a Gorda”; “E dizem que a Censura baixou na Globo! Imaginem se derem liberdade total” (com base em boatos que o Serviço de Censura teria agido contra o quadro “Capitão Gay”); “O Capitão Gay não dura muito tempo”. Ao contrário, os leitores de *O Globo* endereçavam somente críticas favoráveis; a ligação do jornal e da Rede Globo explica tal fato. Mesmo favorável ao super-herói gay e contra censura de moralistas a ele, o crítico de TV Fausto Wolff escorregava pela ladeira do preconceito ao comentar o que entendia como positivo no Capitão Gay: “De um lado, o personagem acaba com o estigma de lepra que paira sobre homossexuais, e, por outro, mostra o lado ridículo de afetação grotesca e feminóide (sic)”.<sup>47</sup>

Em sentido inverso, o Grupo Gay da Bahia (GGB) criticara o Capitão Gay, assim como Painho, por conta do tipo humorístico reduzir a homossexualidade masculina a “uma caricatura”, como era divulgado na campanha do Grupo em defesa do tratamento digno da homossexualidade pela mídia, inclusive com protesto contra a visibilidade dada pela Rede Globo apenas a tipos gays caricatos, omitindo-se tanto a noticiar a luta da militância gay contra a definição da homossexualidade como doença, mantida por agências do Estado, quanto a difusão do saber científico sobre a homossexualidade. Em um número do *Boletim* do GGB, matéria ao comentar o filme “Fazendo Amor” - dirigido por Arthur Hille, lançado em 1982, tendo sido liberado pela Censura sem cortes e sendo considerado como bom exemplo de conteúdo midiático a tratar de um romance gay – era acrescida mais uma crítica ao Capitão: “E façam propaganda [do filme], sobretudo para aqueles que pensam que homossexual é sinônimo de Painho e do misógino Capitão Gay”. Qualificação do super-herói

---

<sup>47</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, Coluna A Crítica do Leitor, 06 abr. 1982, p.05, 26 ago. 1982, p.06; 09 jun. 1982, p.05, 12 jun. 1982, p.04, 22 ago. 1982, p.05; 31 dez. 1982, p.05 e 28 mar. 1983, p.04. *Última Hora*, Jornal da TV, Coluna Fausto Wolff, 29 mar.1983, p.04.

que, em parte, explica a reprodução da matéria no alternativo feminista *Mulherio*.<sup>48</sup> E a misoginia detectada no super-herói gay pelo GGB tinha razão de ser. Personagens/tipos femininos, interpretados por atrizes e a integrarem episódios do quadro, eram rechaçadas pelo Capitão ao tentarem contato físico com ele, além de ele exprimir comentários desairosos à preferência por mulheres declarada por personagens/tipos masculinos. Procedimentos que são explicitados em três episódios que, visualizados em plataformas de compartilhamento de vídeo, enfocavam o super-herói a solucionar ausência de bailarino para dançar “O Lago dos Cisnes”, inclusive contendo zombaria a lésbicas, a descobrir roubo, em laboratório, do “soro da personalidade subconsciente” e a reverter a perda de esposa no carteadado por um jogador.<sup>49</sup>

Em entrevista, Jô Soares procurava apelar a imagem de misógino que pudesse vir a ser colada ao Capitão Gay. Primeiro, relativizara o foco da orientação sexual de seu super-herói e aquilatava a forma agressiva do proceder do personagem: “A popularidade dele é devida ao fato de ser herói de quadrinhos. O importante nele não é o fato de ser homossexual. Capitão Gay não tem nada de agressivo, mas se a gente quiser ver por este lado, ele é tão agressivo como um Hulk ou um Homem Aranha”. E seguia justificando, segundo sua interpretação de conhecedor e cultor de HQs: “Agora essa história de discriminação contra as mulheres vem também da própria característica dos super-heróis que as desprezam ou são profundamente tímidos em relação a elas, como, por exemplo, o desinteresse de Batman e Robin por garotas e a timidez que abate o Super-Homem diante da repórter Lois Lane”. Ademais, revelava que na composição de seu super-herói seguira “muito mais uma linha andrógina do que homossexual, tendo o Capitão Gay traços inspirados no cantor de rock Alice Cooper, mais o visual de Ney Matogrosso”. E, por fim, destacava que “nunca tirara proveito” de sua obesidade para criar sequer um personagem gordo, logo, todos eles podiam ser interpretados por humoristas magros. Na primeira linha da apresentação da entrevista, a jornalista Débora Chaves dava aval à crítica sobre a misoginia do super-herói gay, além de destacar que o próprio Jô Soares também fazia parte de uma minoria - daí, entender-se o último comentário do humorista: “Defendendo

---

<sup>48</sup> *Boletim do Grupo Gay da Bahia*, n.04, set. 1982, n.05, dez. 1982. In: MOTT, Luiz (ed.) *Boletim do Grupo Gay da Bahia*. Salvador, Editora GGB/Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p.73,86,93. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2018/02/2-boletim-do-ggb.pdf>. Acesso em: 20/04/2019. *Mulherio*, n.11, jan.-fev., 1983, p. 21.

<sup>49</sup> Primeiro mencionado: Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2628216/>. Acesso: 15/06/2019. Os dois seguintes: Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/viva-o-gordo/galeria-de-personagens> Acesso: 28/05/2019.

homossexuais e atacando mulheres, duas minorias, o Capitão Gay, consagrou o seu criador, ele mesmo membro de outra minoria, os gordos”.<sup>50</sup>

Apesar da popularidade do Capitão Gay, assim como da boa posição desfrutada junto à audiência por VoG - o décimo programa mais assistido ao longo de 1982 -, as aventuras do super-herói ficaram fora do ar entre final de março e meados de junho de 1983. Órgãos da imprensa especulavam que tal sumiço era resultante de medida do Serviço de Censura contra o quadro, alguns poucos sugeriam ser fruto de autocensura da Rede Globo.<sup>51</sup> Suposições formuladas sob o clima da demanda censória do deputado maranhense em relação à homossexualidade na TV. Entretanto, outros tipos/personagens gays continuavam a desfilar na telinha da Globo, além de humorístico do SBT. Meses depois e logo após o retorno do Capitão Gay ao vídeo, Jô Soares negava qualquer censura a seus tipos, acrescentando ter tido em toda a sua carreira de humorista apenas dois deles censurados: o Gandola que, integrado ao *Planeta dos Homens* em 1976, teve seu nome trocado “porque era nome de uma roupa militar” e fora tomado como “deboche às Forças Armadas”, e antes, em 1973, no *Satiricon*, “um delegado de polícia que dizia “Melo, bota no camburão’ e ele próprio acabava se metendo no camburão”; embora, sobre esse, ressaltava: “Mas isso não foi censura, foi a Associação dos Delegados que escreveu dizendo que aquela imagem ia contra a dignidade da classe e tal”. E finalizava sobre o assunto: “Nós não temos problemas de censura, pois, na verdade o personagem mais político era Alice [No País das Maravilhas, tirada do ar por achar que o seu quadro estava repetitivo], o próprio Deputado Índio é muito mais uma sátira em cima da figura de um índio dentro da Câmara Federal do que uma crítica política”; não antes de ressaltar ser comum, na produção de VoG, dar “um descanso a tipos para se evitar a repetição ou poderem ser reformulados”.<sup>52</sup>

O segundo tipo mencionado por Jô Soares se tratava de o Deputado Turuna, uma paródia do cacique Mario Juruna – o primeiro indígena a ser eleito deputado federal (PDT/RJ) e, então, recém-empossado. O mote das piadas do tipo era calcado no fato de Juruna ter dificuldades em se expressar na língua portuguesa, parecer não compreender a dinâmica da política e o hábito de se utilizar de um gravador para registrar promessas de políticos e autoridades para depois cobrá-las. O cacique-deputado, além de não apreciar o quadro de forma geral, entendendo-o como “forte demonstração de racismo”, repudiava veementemente o bordão colado ao tipo humorístico nele inspirado: “Senão o índio pega e

<sup>50</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, Seção TV, 21 nov. 1982, p. 14.

<sup>51</sup> *Jornal do Brasil*, Caderno B, Seção TV, 02 jan. 1983, p.15, 05 jun. 1983, p.15; *Correio Braziliense*, Coluna TV a Toda Hora, 07 jul. 1983, p.14; *Última Hora*, UH Revista, 29 set. 1983, p 05.

<sup>52</sup> *Manchete*, Primeira Pessoa, 23 jul. 1983, p.20. Em 1984, Jô Soares teria mais tipo censurado: o Porta-Voz - paródia a Carlos Átila, devido ao clima das medidas de segurança nacional decretadas pelo governo às vésperas da votação no Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 22 abr. 1985, p.01.

Oh!"; expressão chula que indica a intenção de alguém submeter outrem a coito como represália por um feito não aprovado. Apesar de Juruna pedir medidas cabíveis à Presidência da Câmara Federal e ao Serviço de Censura sobre a sua questão com Jô Soares, além de ambos terem se encontrado e conversado a respeito da paródia, o humorista afirmara que não atenderia à solicitação do cacique-deputado, alegando que, se o fizesse, “seria a morte do personagem”.<sup>53</sup> O humor de Jô Soares sobre minorias parecia pesar cada vez mais negativamente na sua notória galeria de personagens. Na temporada do ano seguinte de o VoG, o Deputado Turuna não mais proferiria seus discursos parlamentares e as superaventuras do Capitão Gay não seriam mais exibidas. A ausência dessas no vídeo passaria batida na imprensa durante todo aquele ano. Contudo, em fevereiro de 1985, a imprensa revelaria a “criptonita” a parar o quadro “Capitão Gay”. E ela não vinha de outro planeta. Estava arquivada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Às vésperas do Carnaval de 1985, assim como nas do ano seguinte, a imprensa noticiava que a Proarte Produções Artísticas Ltda., detentora de direitos exclusivos para a exploração comercial da marca registrada ‘Gay’, vinha, há anos, cobrando o pagamento de *royalties* pelo uso do termo por empresários do ramo artístico e das diversões. O reclamante era Virgílio Antônio Siena, dono da empresa supracitada e que obtivera, em 14 de abril de 1978, a concessão do registro daquela marca pelo INPI, inscrita na Classe 41 (“Educação, provimento de treinamento; entretenimento; atividades desportivas e culturais”). Ao comandar o paulistano Club Gay, em 1976, Siena intuía que o uso do termo gay, já bastante empregado no exterior, ganharia voga no Brasil, logo, enxergando no registro da sua marca uma oportunidade de negócio. E a Justiça lhe concedera ganho de causa contra o empresário de shows Guilherme Araújo, condenado a pagar multa vultosa pelo uso anterior da marca/termo ‘Gay’, posto organizar o baile carnavalesco *Grande Gala Gay*; cujo nome fora alterado para *Grande Gala G*. Recebera sentenças favoráveis, também, contra produtores dos espetáculos *Rio Gay*, *Tropical Gay* e *Gay Fantasy*, apresentados, em temporadas sucessivas entre 1981 a 1984, no Teatro Alaska, no Rio de Janeiro, bem como em relação ao show *All That Gay Mimosas*, exibido no carioca Teatro Brigitte Blair de 1981 a 1982. Além de fechar acordo com o empresário de shows Ricardo Amaral para pagamento de *royalties* devidos, com o qual acabara por se associar na produção de show gay. E, como não poderia ser diferente, Siena cobrara os *royalties* pelo uso da sua então marca registrada da Rede Globo por conta do quadro “Capitão Gay”. Sobre o caso, comentara que a “TV Globo teria

---

<sup>53</sup> *Manchete*, Reportagem, 23 jul.1983, p.24-26; *Correio Braziliense*, Seção Política Nacional, 31 jul.1983, p.05.

agido bem, ao tentar a via judiciária, perder e retirar o quadro do ar”.<sup>54</sup> Estava tornado público o motivo do sumiço temporário de o Capitão Gay, em 1983, e o fim de suas aventuras no vídeo.

Publicada no *Jornal do Brasil*, realizada por Karla Terra, editada na seção de economia e ocupada em revelar ao leitor sobre o universo dos registros de marcas, reportagem trazia consideração do diretor de Marcas do INPI sobre aquele polêmico registro obtido por Siena : “a palavra gay, como sinônimo de alegre ou homossexual, seria irregistrável segundo o Código de Propriedade Industrial”. E o diretor acrescentava que a repercussão sobre o caso em tela motivara o órgão a alterar o exame marcário, passando essa avaliação a ser realizada por um junta de três funcionários, ante um, como até então feito; dinâmica empreendida com vistas a menor margem de erros, dada não raras vezes a subjetividade imperar no trabalho do avaliador, bem como evitar a exploração de brechas na legislação marcária vigente; ou seja, no Código de Propriedade Industrial, estabelecido pela Lei 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Por fim, na reportagem, era destacado ser comum as emissoras televisivas registarem nomes/títulos de seus programas, impedindo, assim, o uso deles por concorrentes, e informado: “a TV Globo, que já possui cerca de 1.000 marcas, registrara a palavra ‘retrospectiva’ impedindo a TV Manchete de levar ao ar o seu programa de fim de ano de 1985, obrigando ela a utilizar a abreviação ‘retrô’”.<sup>55</sup>

A título de complementação do imbróglgio em foco, pode-se acrescentar que o oportunismo de Siena e o cochilo do INPI fora possível por conta de que entre 1976/1978, período entre a petição e concessão do registro, a palavra gay ainda não constava oficialmente como palavra de uso corrente e comum entre a população brasileira, ainda que fosse empregada, de maneira restrita e limitada, como substantivo e adjetivo nalguns círculos sociais e culturais, ressonando o termo gay consolidado entre a população dos EUA na virada da década de 1960 para 1970, em decorrência de a militância gay estadunidense assumi-lo nas denominações de seus grupos organizados.<sup>56</sup> Por fim, aquele registro não foi renovado em 1988, ano em que se encerrava a sua vigência e dependeria de pedido para a prorrogação da concessão junto ao INPI. Isso ocorrera em razão de a palavra gay já ter se transformada, há algum tempo, em uso corrente e comum entre os brasileiros, além do que

---

<sup>54</sup> *Jornal do Brasil*, Seção Cidade, 14 fev. 1985, p.14, Caderno B, 03 fev. 1986, p.01; *Manchete*, Justiça, 08 fev. 1986, p.107; *Jornal da Tarde* (SP), Seção Cultura, 05 mai. 1986, p.03; *O Estado de S. Paulo*, Caderno B, 04 mai. 1986, p.03

<sup>55</sup> *Jornal do Brasil*, Seção Economia, 12 fev.1986, p.13.

<sup>56</sup> O registro da marca ‘Gay’ se deu com base no entendimento que o pedido não incorria em impedimentos prescritos no Item 20 do Artigo 65 do CPI de 1971; a saber: “nome, denominação, sinal, figura, sigla ou símbolo de uso necessário, comum ou vulgar, quando tiver relação com o produto, mercadoria ou serviço a distinguir, salvo quando se revestirem de suficiente forma distintiva”. BRASIL. Casa Civil. Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5772.htm). Acesso em: 10/10/2019.

a Constituição de 1988 trazia dispositivo sobre a matéria; embora, a regulamentação dele tivesse que esperar pelo estabelecimento de novo CPI em 1996.<sup>57</sup>

Já em curso a diretriz das Organizações Globo de não comentar publicamente processos judiciais em que suas empresas estejam envolvidas, *O Globo* não noticiara nada acerca do real motivo de a Rede Globo deixar de veicular o quadro “Capitão Gay”. Caso desse publicidade ao fato, *O Globo* correria risco em levantar polêmicas sobre possíveis registros de marcas que o conglomerado comunicacional tivesse obtido com base em subjetividades operadas no processo do INPI. E as Organizações Globo não se restringia, naquela altura, a registrar apenas nomes/títulos de conteúdos midiáticos produzidos pelas suas empresas, pois tal expediente era estendido a ideias, procedimentos e marcas criadas/inventadas para constarem em seus produtos, com destaque à teledramaturgia da Rede Globo. Aliás, prática que se manteve constante até hoje, como atestam as dezenas de milhares de marcas registradas por empresas das Organizações Globo, representadas a partir de 1999 junto ao INPI pela Globo Comunicações e Participações S.A, e o pedido de registro da marca Bolos da Paz, esse feito cinco meses antes da estreia de *A Dona do Pedaço*, telenovela de Walcir Carrasco, cuja marca batizaria a fábrica de bolos da protagonista da trama.<sup>58</sup>

E a desfaçatez para se tentar registrar substantivos/adjetivos como marca se faria presente na sala de dirigente da Rede Globo no final de 1987. Como tornara público Jô Soares, em artigo publicado em sua coluna de jornal, Boni, em meio à proibição da imagem do humorista na telinha da Globo, como represália à sua ida para o SBT, o ameaçara dizendo: “estou vendo como te proibir de usar a palavra gordo”. Promessa, avaliada pelo humorista, “meio difícil de ser cumprida”, uma vez que “a megalomania ainda não era lei fora da Globo”. Artigo, inclusive, lido na íntegra pelo humorista quando fora participar do programa de Silvio Santos, no SBT, para receber o Troféu Imprensa.<sup>59</sup> Dentro do esquema de registros de títulos de programas da TV como marca, obviamente Jô Soares teve que alterar o nome do seu humorístico quando levado para o SBT, uma vez que ‘Viva o Gordo’ era registrado como marca da TV Globo Ltda. desde 1981. Contudo, o SBT não conseguiria registrar a marca ‘Veja o Gordo’, cujo pedido para tanto fora protocolado antes mesmo do programa estreiar e sendo

---

<sup>57</sup> BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9279.htm#art244](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9279.htm#art244). Acesso: 10/10/2019.

<sup>58</sup> Processo n. 916458016 - NCL 41, registro da marca Bolos da Paz, em nome de Globo Comunicação e Participações S/A, data de depósito 18/12/2018 e data da concessão 15/10/2019. *Base de Dados do INPI*. Disponível: <https://gru.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=3860007>. Acesso em: 18/10/2019.

<sup>59</sup> *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, Coluna Jô Soares, 30 abr.1988, p.11. Vídeo com trecho da cerimônia de entrega do Troféu Imprensa (Melhores de 1987) com a participação de Jô Soares visualizado no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g328TLCnfKU>. Acesso em:18/09/2019.

recorrentemente indeferido até 1991 pelo INPI, com base no “Item 17 do Art. 65 do CPI”;<sup>60</sup> informação que, constante no site do órgão, vem seguida de quatro números de processos, os quais, averiguados em outras páginas do mesmo site, são referentes a registro da marca ‘Viva o Gordo’.<sup>61</sup>

Se se entende o silêncio da Rede Globo sobre o motivo de retirada do Capitão Gay do seu vídeo, quando do ocorrido e posteriormente, não deixa de surpreender que Jô Soares seguira igual caminho, inclusive, no seu recente livro de memórias. E choca ainda mais porque, tanto no seu livro recente quanto em entrevistas ao divulga-lo, ele sempre posicione o Capitão Gay como um marco de sua carreira de humorista e, mesmo, no humor televisivo, não deixando de salientar que o seu super-herói gay fora exibido em período em que o conservadorismo moralista se fazia ainda bastante presente nos costumes e comportamentos, além de o país viver sob a Ditadura Militar. Embora não menos intrigante seja o fato de Jô Soares não ter encarnado o seu super-herói em *Veja o Gordo* mesmo após a extinção do registro da marca ‘Gay’. Retomada que, caso fosse efetivada, poderia contribuir para melhor posicionar o seu humorístico do SBT junto à audiência, a qual, na segunda-feira à noite, era disputada pela Rede Globo com a exibição de filmes de sucesso, notadamente de ação, na sua *Tela Quente*.

Longe de uma resposta definitiva para tal fato, pode-se dar uma explicação plausível à sua ocorrência, evocada com base em elementos históricos da conjuntura nacional e internacional daquele último terço da década de 1980, além de se valer de elementos do perfil pessoal e profissional consabidos sobre Jô Soares.

Se nos EUA e nalguns poucos países da Europa ocidental a militância gay conseguia pressionar, a partir da década de 1970, a mídia para que ela desse maior visibilidade à homossexualidade e a tratasse de forma mais digna e respeitosa, em comparação a períodos anteriores, além de que passasse a focar à diversidade de comportamentos que tal orientação sexual comporta, a militância gay brasileira teria que esperar por muito mais

---

<sup>60</sup> O Artigo 65 do CPI, de 1971, em seu Item 17 estabelecia indeferimento de pedidos de marcas: “imitação bem como reprodução no todo, em parte, ou com acréscimo, de marca alheia registrada para distinguir produto, mercadoria ou serviço, idêntico, semelhante, relativo ou afim ao ramo de atividade, que possibilite erro, dúvida ou confusão, salvo a tradução não explorada no Brasil”. BRASIL. Casa Civil. Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Inclui o Código de Propriedade Industrial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5772.htm). Acesso em: 10/10/2019.

<sup>61</sup> Processo n. 813812790 - NCL 38, registro da marca Veja o Gordo, em nome TV SBT - 4 de São Paulo S/A, data de depósito 27/10/1987 e indeferido em 15/10/1991. *Base de Dados do INPI*. Disponível em: <https://gru.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=388113>. Acesso em: 10/10/2019; Processo n. 813872782 - NCL 41, registro da marca Veja o Gordo, em nome TV SBT - 4 de São Paulo S/A, data de depósito 27/10/1987 e indeferido em 03/12/1991. *Base de Dados do INPI*. Disponível em: <https://gru.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=388112>. Acesso em: 10/10/2019.

tempo para alcançar tal estágio. Embora ela já tivesse, como destacado acima, dado os primeiros passos na luta contra representações desabonadoras e caricatas da homossexualidade emitidas pela TV. Contudo, possibilidades para fazer valer os direitos civis da população homossexual eram projetadas no texto da Constituição Cidadã, assim como para demais minorias historicamente discriminadas. Ainda que para a concretização fosse exigida muita luta pela frente, afinal, de um lado, a maior parte de dispositivos constitucionais carecia de regulamentação em lei, e, de outro, a discriminação à homossexualidade continuava marcante na vida social brasileira. Preconceito e discriminação que tinham sido potencializados pouco antes em decorrência de uma tragédia que se abatera sobre a população gay, tanto local quanto mundialmente: a AIDS. Doença que, diagnosticada em 1981, porém transmitida desde o final da década anterior, contaminara e levava à morte centenas de milhares de gays mundo afora, sem isentar, também, os heterossexuais. E o primeiro dado sobre a sexualidade dos infectados com o vírus HIV resultaria, inicialmente, na definição errônea e de má-fé da doença como própria à homossexualidade masculina, chegando mesmo a ser denominada de “peste gay” ou “câncer gay” – eis, exemplo da difusão nada positiva do termo gay entre a população brasileira na primeira metade dos anos de 1980. Definições que serviriam, além de estigmatizar ainda mais os gays, como grande desserviço ao controle da expansão do vírus HIV. Mas, todavia, o ingresso da militância gay brasileira - como, aliás, se dava também noutras partes do mundo - nas campanhas de informação e de controle contra a AIDS, bem como na ajuda a soropositivos, se transformara em um fator de crescimento e fortalecimento daquela militância para enfrentar a discriminação e o preconceito à homossexualidade e na defesa dos direitos civis da população homossexual; inclusive englobando a sua diversidade de gêneros, expressada, posteriormente, na sigla LGBT.

Detentor de cultura cosmopolita, receptivo à modernização de costumes e comportamentos, antenado às mudanças que ocorriam nesses âmbitos mundo afora, atento observador das tendências da produção midiática tanto na Europa como nos EUA, Jô Soares talvez tivesse se sensibilizado pela dura e injusta conjuntura que a população gay atravessava. E, assim, aquilatasse possíveis efeitos negativos que a retomada de seu Capitão Gay ao vídeo pudesse causar àquela conjuntura. Talvez intuísse que, naquele momento, o melhor posicionamento de o Capitão Gay em defesa da minoria gay fosse manter-se fora do ar, uma vez que pândegas, comédias, ironias ou sátiras que envolvesse o universo gay deveriam contar com o risco de levar água ao moinho das arbitrariedades e injustiças contra a homossexualidade, em geral, e a masculina, especialmente; risco que, evidentemente, não isentava outros conteúdos televisivos. Ademais, o mundo artístico-cultural brasileiro, em

que Jô Soares há muito ocupava lugar de destaque e dispunha de um feixe considerável de relações profissionais e de amizade, não cessava de contar lutos por conta da AIDS. Assim, o humor sobre gays para não pesar contra o infortúnio milhares desses, assim como aos seus familiares e amigos, teria que, naquele momento, ser efetivamente fino/inteligente, sem caricaturas e estereótipos. Coisa que não seria impossível à reconhecida sensibilidade e criatividade artísticas de Jô Soares, mas, sem dúvida, esbarraria na tirania da lógica da maior audiência possível da TV comercial, sobretudo a imperar em gêneros televisivos voltados a audiência massiva, como era o caso do humor, o qual, de resto, já contava com consagradas regras para a sua produção.

Recebido em 24 de abril de 2020

Aceito em 30 de maio de 2020